

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB2A1-I

1 Se a cultura, no que tange a valores e visões de
mundo, é fundamental para nossa constituição enquanto
indivíduos (servindo-nos como parâmetro para nosso
4 comportamento moral, por exemplo), limitarmo-nos a ela,
desconhecendo ou depreciando as demais culturas de povos ou
grupos dos quais não fazemos parte, pode nos levar a uma
7 visão estreita das dimensões da vida humana. O etnocentrismo,
dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a
cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem
valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica
10 desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que
faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência
13 cultural. A herança cultural que recebemos de nossos pais e
antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao
mesmo tempo em que nos educa.

16 Tomar conhecimento do outro sem aceitar sua lógica
de pensamento e seus hábitos acaba por gerar uma visão
etnocêntrica e preconceituosa, o que pode até mesmo se
19 desdobrar em conflitos diretos. O etnocentrismo está,
certamente, entre as principais causas da intolerância
internacional e da xenofobia. Basta pensarmos nas relações
22 entre norte-americanos e latinos imigrantes, entre franceses e
os povos vindos do norte do continente africano que buscam
residência em países estrangeiros, apenas como exemplos.
25 A visão etnocêntrica caminha na contramão do processo de
integração global decorrente da modernização dos meios de
comunicação como a Internet, pois é sinônimo de estranheza e
28 de falta de tolerância.

Internet: <<https://brasilecola.uol.com.br>> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB2A1-I, julgue os itens que se seguem.

- 1 Um dos principais desencadeadores do etnocentrismo é a xenofobia.
- 2 A cultura é um fator que limita a concepção de mundo dos diferentes povos, levando-os a uma visão estreita das dimensões da vida humana.
- 3 De acordo com o texto, a herança cultural repassada pelos pais contribui para que seus filhos desenvolvam uma visão etnocêntrica.

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto

CB2A1-I, julgue os próximos itens.



- 4 No penúltimo período do texto, a correção gramatical estaria preservada se, logo após a forma verbal “pensarmos” (ℓ.21), fosse inserida a expressão **por exemplo**, desde que excluídas a expressão “apenas como exemplos” (ℓ.24) e a vírgula que a antecede.
- 5 A inserção de uma vírgula após “global” (ℓ.26) alteraria os sentidos originais do texto, mas não sua correção gramatical.
- 6 Em “servindo-nos” (ℓ.3), o pronome “nos” poderia ser suprimido, sem prejudicar a correção gramatical e a coesão do texto.
- 7 Na linha 4, a correção do texto seria prejudicada caso a vírgula empregada logo após o parêntese fosse substituída por ponto e vírgula.
- 8 No texto, a palavra “depreciando” (ℓ.5) foi empregada com o sentido de **desprezar**.
- 9 O trecho “Tomar conhecimento (...) preconceituosa” (ℓ. 16 a 18) poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto, da seguinte forma: Tomar conhecimento do outro sem aceitar a lógica de seu pensamento e sem acatar a lógica de seus hábitos acabam gerando uma visão etnocêntrica e preconceituosa.

Texto CB2A1-II

1 Em 1979, foi aprovada pela Assembleia Geral da
ONU a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de
Discriminação contra a Mulher. O tratado internacional entrou
4 em vigor internamente no Brasil apenas em 2002.

A Convenção prevê que os Estados signatários adotem
política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher,
7 entendida como “toda distinção, exclusão ou restrição baseada
no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou
anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher,
10 independentemente de seu estado civil, com base na igualdade
do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades
fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural
13 e civil ou em qualquer outro campo”.

As medidas previstas visam garantir o gozo dos
direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres,
16 em igualdade de condições com os homens, além de buscar
alterar os padrões socioculturais de conduta e suprimir todas as
formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição feminina.

19 A Convenção prevê, ainda, a adoção de ações
afirmativas, a exemplo do que ocorreu no Brasil com a cota
eleitoral de sexo, prevista na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das
Eleições). O dispositivo exige que as candidaturas dos partidos
22 obedeçam, nas eleições proporcionais, ao parâmetro mínimo de
30% e máximo de 70% para cada sexo.

Internet: <<http://justificando.cartacapital.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, a respeito das ideias do texto CB2A1-II.

- 10 As medidas a que se refere o terceiro parágrafo estão elencadas no segundo parágrafo, especificamente no trecho ‘toda distinção (...) outro campo’ (ℓ. 7 a 13).
- 11 Conforme o terceiro parágrafo do texto, a Convenção pretende implementar medidas que acabem com a prática da prostituição e alterem os padrões de conduta da sociedade em geral com relação à mulher.
- 12 O texto informa que, em 2002, entrou em vigor no Brasil o primeiro dispositivo legal para eliminação da discriminação contra a mulher.
- 13 Depreende-se do texto que a cota eleitoral de sexo é um dos exemplos mais prósperos de ação afirmativa implementada no Brasil, no que diz respeito à eliminação da discriminação contra a mulher.

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1-II, julgue os itens a seguir.

- 14 Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Em 1979, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. No entanto, apenas em 2002 o tratado internacional passou a vigor internamente no Brasil.
- 15 A substituição de “e suprimir” (ℓ.17) por **ao suprimir** não comprometeria a correção gramatical do período, mas alteraria seu sentido original.
- 16 Seria gramaticalmente correta a substituição de “das mulheres” (ℓ.15) por **às mulheres**.
- 17 O trecho “para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (ℓ. 2 e 3) apresenta a razão pela qual a ONU aprovou a referida Convenção.

De acordo com o IBGE, no Brasil há 45 milhões de pessoas com deficiência. A partir de uma amostragem extraída desse conjunto de pessoas, uma pesquisa feita pelo DataSenado revelou que 77% delas acreditam que seus direitos não são respeitados e mais da metade afirmou que gostaria de praticar esportes, mas não o faz por falta de acessibilidade.

Internet: <www12.senado.leg.br> (com adaptações).

Com relação aos direitos de acessibilidade previstos na Lei n.º 13.146/2015, julgue os itens seguintes.

- 18 Em atenção ao direito de acesso a informação, os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa e nos demais veículos de comunicação devem disponibilizar recursos de acessibilidade, como subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de LIBRAS e audiodescrição, a expensas do poder público.
- 19 Projetos que busquem benefícios de recursos públicos, ainda que somente de renúncia fiscal, deverão estar de acordo com as normas de acessibilidade para serem aprovados.
- 20 As políticas públicas, desde sua concepção, deverão adotar o desenho universal, que, por sua natureza inclusiva, não comporta adaptações.
- 21 O recebimento de cobrança de tributo em formato acessível é garantido à pessoa com deficiência, mediante solicitação.

Visto que a virtude se relaciona com paixões e ações, e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e às vezes piedade, é talvez necessário a quem estuda a natureza da virtude distinguir o voluntário do involuntário. Tal distinção terá também utilidade para o legislador no que tange à distribuição de honras e castigos. São, pois, consideradas involuntárias aquelas coisas que ocorrem sob compulsão ou por ignorância; e é compulsório ou forçado aquilo cujo princípio motor se encontra fora de nós e para o qual em nada contribui a pessoa que age e que sente a paixão — por exemplo, se tal pessoa fosse levada a alguma parte pelo vento ou por homens que dela se houvessem apoderado.

(...)

No que tange a dar ou receber dinheiro, a mediania é a generosidade; o excesso é a prodigalidade, e a deficiência, a mesquinhez, mas o indivíduo pródigo e o mesquinho são excessivos e carentes de maneiras opostas entre si; o pródigo se excede em dar e é deficiente em obter, enquanto o mesquinho se excede em obter e é deficiente em dar.

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. In: *Os pensadores*. (Org.) José A. M. Pessanha. 4.ª ed. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (com adaptações).

A partir do fragmento de texto antecedente, julgue os itens a seguir.

- 22 Segundo Aristóteles, é preciso identificar entre as ações e as paixões as que sejam voluntárias, ou seja, aquelas que dependem da vontade, a fim de se reconhecer seu aspecto ético.
- 23 Segundo Aristóteles, a prodigalidade e a mesquinhez correspondem a vícios, marcados pelo excesso e pela falta respectivamente, ao passo que a generosidade corresponde a uma virtude a ser buscada voluntariamente para se encontrar a mediania.
- 24 Considerando-se as premissas de Aristóteles, é correto inferir que o exercício ético de uma função pública exige que todas as ações do agente público sejam guiadas pela razão, vinculada à vontade de agir com virtude.
- 25 O indivíduo pródigo do modelo aristotélico deve servir de modelo para a ação ética no serviço público, haja vista ser ele, ao contrário do mesquinho, exemplo de generosidade.

- 26 Servidores públicos são orientados a agir de forma involuntária no exercício de suas funções, porque estão subordinados ao conjunto das leis e normas que regulam as funções públicas; portanto, suas ações, especialmente as que sejam relativas ao uso de recursos públicos, não podem ser pautadas nos princípios da ética aristotélica.

Julgue os itens seguintes, a respeito da Portaria PGR/MPU n.º 98/2017 — Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União (MPU) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

- 27 Os princípios que regem esse código de ética coincidem com os princípios constitucionais que governam a atuação da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 28 O referido código de ética aplica-se exclusivamente aos servidores do MPU e da ESMPU; aos demais colaboradores desses órgãos são aplicados outros normativos de conduta ética.

No que se refere a ética no serviço público, julgue o próximo item, com base no Decreto n.º 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Serviço Público.

- 29 Constitui dever fundamental do servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observadas as formalidades legais.

PARECER AUDIN – MPU n.º XXX

Referência: Procedimento de Gestão Administrativa – XXXX

Assunto: Administrativo. Dano em veículo. Regime Disciplinar

O chefe da Seção de Transporte comunica que o veículo caminhonete X, placa YYY, foi abastecido com combustível distinto de sua configuração de fábrica (diesel), quando utilizado em diligência por servidores técnicos do MPU. Relata que o abastecimento equivocado gerou danos ao veículo, cujo conserto, no valor total de cinco mil reais, foi pago com verbas do erário. Acrescenta também que, dada a indisponibilidade de diesel no momento do abastecimento, o servidor condutor do veículo autorizou o frentista do posto de combustível a pôr gasolina no tanque da referida caminhonete. Por fim, menciona que o servidor condutor do veículo não se dispôs a ressarcir voluntariamente aos cofres públicos os valores gastos a título de despesas extraordinárias com o reparo do veículo.

Acerca dos fatos relatados no trecho do parecer hipotético apresentado, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

- 30 A referida lei prevê pena de suspensão para o servidor que conduzia o veículo, em razão da natureza e gravidade da sua falta bem como dos danos desta provenientes.
- 31 A conduta do servidor que conduzia o veículo configura inobservância do dever funcional de zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.

Julgue os itens subsecutivos à luz da Lei Complementar n.º 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (MPU).

- 32 A sanção disciplinar de advertência para membro do MPU que tenha cometido ato ímprobo no exercício de suas funções deverá ser aplicada oralmente, em ambiente reservado.
- 33 Autorização para que membro do MPU se afaste das suas funções para comparecer a congresso no exterior é emitida pelo procurador-geral da República, sendo dispensada, nesse caso, manifestação do Conselho Superior do órgão.
- 34 O controle da atividade policial exercido pelo MPU visa tanto prevenir quanto corrigir ilegalidades e abuso de poder.
- 35 O diretor-geral da Secretaria do MPU é nomeado pelo procurador-geral da República para um mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

Acerca do Ministério Público, de seus princípios institucionais e de sua autonomia, julgue os itens seguintes.

- 36 Ao propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de cargos e serviços auxiliares, o Ministério Público exerce a sua autonomia financeira.
- 37 A autonomia financeira do Ministério Público garante que o órgão elabore a sua proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias, e a encaminhe ao Poder Legislativo para fins de consolidação.
- 38 O Ministério Público que atua no Tribunal de Contas da União integra o MPU, e seu chefe é o procurador-geral da República.
- 39 Instituição permanente e essencial à justiça, o Ministério Público tem como incumbência a defesa do regime democrático.
- 40 O princípio da independência funcional refere-se à autonomia de convicção: os membros do Ministério Público não se submetem a nenhum poder hierárquico no exercício de suas funções institucionais.

No que se refere aos cargos de procurador-geral e procurador-geral da República e aos membros do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

- 41 É vedado aos membros do Ministério Público o exercício da advocacia, ainda que em causa própria.
- 42 Somente integrantes de carreira do MPU podem ser nomeados para o cargo de procurador-geral da República e, assim como a nomeação, a destituição do cargo de procurador-geral da República depende de autorização do Senado Federal.
- 43 O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista triplíce composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.

A respeito da composição e das atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

- 44 O CNMP pode avocar processos disciplinares em curso contra membros do MPU e aplicar-lhes sanções administrativas, desde que a ampla defesa seja assegurada no procedimento.
- 45 O CNMP é composto de membros dos ministérios públicos dos estados e do MPU indicados pelo procurador-geral da República.

Com base na Lei n.º 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na Recomendação CNMP n.º 40/2016 e no Decreto n.º 4.887/2003, julgue os próximos itens.

- 46 A reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos é um direito que pode ser contestado, uma vez que o Estatuto da Igualdade Racial e a legislação que dispõe sobre as cotas raciais não foram ainda recepcionados pelo ordenamento nacional em controle de constitucionalidade, o que gera insegurança jurídica sobre o tema.
- 47 Embora a liberdade religiosa garantida pelo Estatuto da Igualdade Racial alcance as tradições culturais das religiões de matriz africana, tal direito não se estende a pessoas que cumprem pena privativa de liberdade, uma vez que, nessa situação, há restrição de direitos, sem se caracterizar prática discriminatória.
- 48 O indivíduo que cometer ato discriminatório contra praticante de religião de matriz africana em razão do culto à religião poderá responder a ação penal, cuja abertura poderá ser feita mediante comunicação do fato ao Ministério Público.
- 49 A legislação admite que as pessoas remanescentes das comunidades dos quilombos indiquem representantes para participar do processo administrativo de reconhecimento de titularidade das terras quilombolas por elas ocupadas.
- 50 O Estatuto da Igualdade Racial compreende um conjunto de direitos da população negra e propõe mecanismos de construção de políticas para a promoção da igualdade racial, entre eles a obrigatoriedade de se instituírem ouvidorias permanentes para aprimorar o desenvolvimento dos direitos e das políticas elencados no texto legal.

Espaço livre